

Reforma do Código Eleitoral terá audiências em oito capitais

No ciclo de debates que começa dia 30 e se estende até o mês de novembro, comissão de juristas ouvirá sugestões de especialistas e de representantes dos partidos políticos e da sociedade civil

A comissão de juristas instituída pelo Senado Federal para redigir anteprojeto de novo Código Eleitoral reúne-se hoje, às 9h30, para discutir o texto que será apresentado aos participantes das audiências públicas marcadas para Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Florianópolis, São Paulo, Salvador, Cuiabá e Belém.

O presidente da comissão, ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, já assegurou que o anteprojeto de reforma do código será entregue no final do ano. Depois disso, uma comissão especial de 11 senadores analisará a proposta. A aprovação do projeto e sua transformação em lei deverá ocorrer na próxima legislatura. **3**

Senado lança *site* especial sobre as eleições 2010

Já está no ar o *site* especial do Senado dedicado às eleições 2010, que pode ser acessado pelo endereço www.senado.gov.br/eleicoes2010. São textos, fotos, áudios

e vídeos com notícias, histórico de disputas e informações sobre a legislação em vigor. O foco é a eleição para o Senado, que tem neste ano dois terços de suas vagas em disputa. **3**

Exemplos de superação na Semana de Acessibilidade

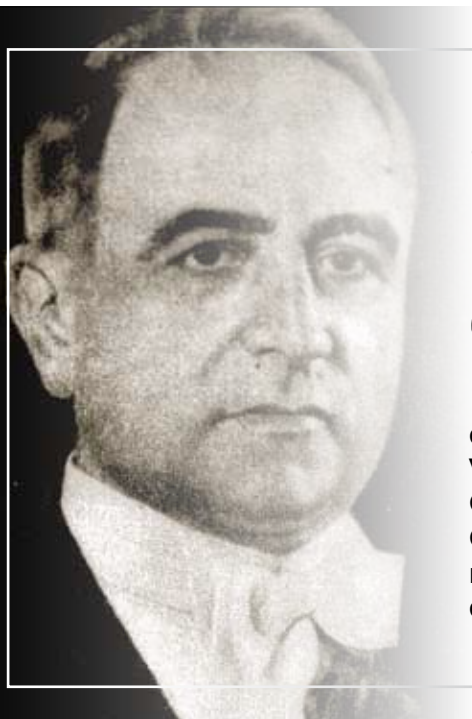
A artista plástica Kátia Santana e o violonista Evaldo Leoni abriram ontem a mostra *Arte Superando Barreiras*, projeto que encerra turnê nacional na Semana de Acessibilidade do Senado Inclusivo, com programação até sexta-feira. **2**



Kátia Santana, que teve paralisia cerebral, pinta ao som do violão de Evaldo Leoni, deficiente visual: "sensação de liberdade"

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Arquivo Presidência da República



Senadores lembram 56 anos da morte de Getúlio Vargas

No 56º aniversário da morte de Getúlio Vargas, Mozarildo Cavalcanti e Roberto Cavalcanti destacaram ontem o legado do ex-presidente.

Mozarildo sustentou que "ser trabalhista é fazer com que o trabalhador seja respeitado sem que se precise destruir o empregador". **4**

Jovens podem assumir mandato no Senado por três dias **2**

Haiti: senadores cobram ajuda às famílias de militares mortos **2**

Alvaro Dias alerta para atraso nas obras para Copa de 2014 **4**

A exposição permanece aberta ao público até sexta-feira, quando o projeto encerra turnê, que já passou por três capitais e Nova Lima (MG)



Kátia Santana, pintora, é acompanhada por Evaldo Leoni, ao violão. Na tribuna, o diretor-geral, Haroldo Tajra

Semana da Acessibilidade do Senado Inclusivo abre mostra

A MOSTRA ARTE *Superando Barreiras*, um dos eventos da Semana de Acessibilidade do Senado Inclusivo (programa de valorização da pessoa com deficiência), apresentou ontem *performance* da artista plástica mineira Kátia Santana, acompanhada ao violão por Evaldo Leoni. Ela tem paralisia cerebral e ele é portador de deficiência visual.

– Quando pinto, tenho a sensação de liberdade. É como se estivesse livre da cadeira – disse a artista.

A mostra foi aberta ontem ao público e permanece no Salão

Branco do Congresso Nacional, conhecido como Chapelaria, até sexta-feira. Hoje, às 15h, a artista pintará um novo quadro em mais uma apresentação para os visitantes.

Kátia tem 29 anos e é aluna da artista plástica, psicóloga e cantora Ivana Andrés desde os 22. O projeto, que já passou por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Nova Lima (MG), encerra a turnê em Brasília. Conforme descreve Ivana, “a sensibilidade artística está nos olhos” e Kátia busca inspiração no seu próprio imaginário para pintar, utilizando o lado direito

do cérebro, como propõe a autora americana Betty Edwards.

– Nós deficientes temos que invadir o mundo. Ficar em casa não é a solução – afirmou Kátia sobre a importância de projetos como esse para a pessoa com deficiência.

A mostra, conforme informou a curadora Ivana Andrés, foi financiada pela Lei Rouanet de incentivo à cultura e tem a produção executiva de Simone Senra. Participaram da abertura alunos da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e do Centro de Ensino Médio do Riacho Fundo.

Senadores criticam demora na liberação de auxílio

A demora na liberação do auxílio especial de R\$ 500 mil e na concessão da bolsa-educação de R\$ 510 mensais aos dependentes dos 18 militares brasileiros mortos no terremoto de janeiro de 2010, no Haiti, foi criticada por senadores na última sexta-feira. Somente no dia 10 de agosto chegou ao Congresso a proposta de criação de crédito especial, no valor de R\$ 9,119 milhões, para a liberação dos dois benefícios. O projeto de lei do Congresso (PLN 41/10) está na Comissão Mista de Orçamento e deverá ser votado na próxima reunião do Legislativo.

Adelmir Santana (DEM-DF) reclamou da falta de planejamento do governo.

– É lamentável que não se tenha feito previsão anterior para isso. As famílias não suportam ficar nessa espera – disse.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) definiu a liberação efetiva dos recursos como uma luta “contra a questão burocrática”, mas disse que “nunca é tarde para se fazer justiça”.

CAE avaliará crédito para financiar combate à Aids

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar na próxima semana quatro propostas do governo sobre contratação de crédito. Uma delas pede autorização do Senado para a assinatura de contrato entre a União e o Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 67 milhões para ações de combate à Aids.

Outra mensagem trata de empréstimo de US\$ 54,4 milhões do Bird em favor da Bahia, para financiar projeto de combate à pobreza (Produzir III). A terceira visa retificar autorização já concedida pelo Senado (Resolução 28/10) para a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 130 milhões, do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), que atende ao estado de São Paulo.

A quarta proposta beneficia a Bahia, para a contratação de empréstimo de US\$ 10 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA).

Projeto dará posse como senadores a jovens estudantes

Questão de ordem, quórum, decisão terminativa. Termos usuais nas sessões plenárias e nas reuniões das comissões do Senado Federal passarão a fazer parte do vocabulário de estudantes do ensino médio que, durante três dias, participarem do projeto Jovem Senador. A iniciativa integra o programa Senado Jovem Brasileiro, criado este mês por meio da Resolução 42/10 e que começa a valer a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Os nomes dos jovens senadores e senadoras da primeira edição do projeto vão ser divulgados em novembro, durante a premiação do 3º Concurso de Redação do Senado Federal. O concurso também faz parte do programa Senado Jovem Brasileiro e, este ano, tem como tema “Brasília, capital dos brasileiros”. A comissão organizadora vai receber, até 30 de setembro, redações de estudantes de 16 a 19 anos de

escolas públicas estaduais de todo o país.

Cada legislatura do projeto Jovem Senador será formada pelos estudantes classificados em primeiro lugar no concurso de redação do Senado em cada um dos 26 estados e no Distrito Federal. Os trabalhos serão iniciados com a posse dos alunos selecionados e a eleição da Mesa, composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários.

Sob orientação de parlamentares e servidores, os jovens senadores e senadoras vão elaborar propostas legislativas e fazer discursos, apresentados em sessões simuladas, preferencialmente no Plenário do Senado. Para tornar essa experiência ainda mais próxima da realidade, serão seguidos procedimentos regimentais relativos à tramitação dos projetos de lei, inclusive quanto à iniciativa, publicação, discussão e votação em Plenário.



Estudantes de ensino médio poderão assumir mandato de senador por três dias

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos e comunicados

14h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. É destinada a pronunciamentos dos senadores.

Código Mudanças eleitorais

9h30 Reunião administrativa da comissão de juristas encarregada de elaborar o novo Código Eleitoral.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



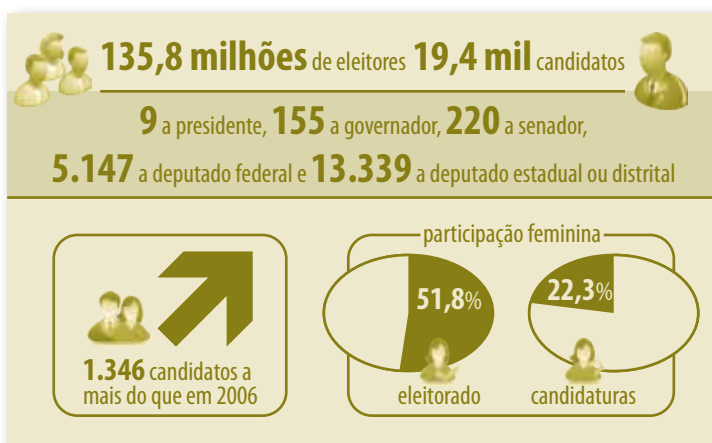
Senado lança página na internet dedicada às eleições

Já está no ar o site especial do Senado dedicado às eleições 2010. A página, que pode ser acessada pelo endereço www.senado.gov.br/eleicoes2010, reúne textos, fotos, vídeos e áudios com notícias, memória dos pleitos anteriores e informações sobre as regras do processo eleitoral. O foco da página é a eleição para o Senado, que tem, neste ano, dois terços de suas vagas em disputa.

No site especial, o cidadão pode responder se lembra em quem votou nas últimas

eleições para o Senado e ainda testar seus conhecimentos sobre as atribuições de um senador, as regras das eleições e a história da Casa.

Também é destaque a campanha "Seu voto faz o Congresso Nacional", que visa conscientizar o eleitor sobre a importância do voto, especialmente na escolha dos parlamentares. Fazendo uma analogia com o futebol, a campanha lembra que depende do eleitor escalar o time que, no Congresso, vai elaborar as leis e fiscalizar o governo.



Voto dos eleitores é alvo da disputa de 19.458 candidatos

Os votos dos 135,8 milhões de eleitores brasileiros estão sendo disputados por 19.458 candidatos – o número pode sofrer pequenas mudanças em razão da avaliação de candidaturas pela Justiça Eleitoral (informações detalhadas podem ser obtidas em <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/>).

São nove candidatos a presidente, 155 a governador, 220 a senador, 5.147 a deputado federal, 12.525 a deputado estadual e 814 a deputado distrital, além dos suplentes de senador e dos vices, no caso dos cargos do Executivo.

Dos 19.458 candidatos, há quatro analfabetos; 109 apenas leem e escrevem; 658 têm ensino fundamental incompleto; 1.427, ensino fundamental completo; 667, ensino médio incompleto; 5.245, ensino médio completo; 2.078, ensino superior incompleto; e 9.270, ensino superior completo.

Apenas 3,78% dos eleitores têm curso superior completo. Os eleitores que se declararam analfabetos correspondem a 5,9% do total. Uma parcela expressiva – 14,58% – sabe apenas ler e escrever.

Apesar de constituir 51,8% do eleitorado, as mulheres ainda são insuficientemente representadas na política, com apenas 5.021 candidatas, ou seja, 22,29% do total dos aspirantes.

Nesta eleição, há 1.346 candidatos a mais do que no último pleito em que se disputaram cargos estaduais e federais, em 2006. O número de candidatas, quatro anos atrás, era bem menor do que hoje: 2.561, ou seja, 14,14% do total.

Mesmo com o aumento do número de aspirantes do sexo feminino, as agremiações políticas estão longe de cumprir o parágrafo 3º do artigo 10 da Lei 9.504/97, o qual estabelece que cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

O percentual de candidatos com curso superior completo mantém-se praticamente estável: há quatro anos, era de 47,06% e, nestas eleições, teve pequena variação, para 47,64%. O número de candidatos que apenas sabem ler e escrever dobrou de 57, em 2006, para 109 este ano.

Audiências serão realizadas em capitais localizadas nas cinco regiões do país e também vão contar com a presença de especialistas e representantes de partidos políticos

Comissão ouvirá sociedade sobre novo Código Eleitoral

A COMISSÃO DE juristas encarregada de elaborar um anteprojeto de novo Código Eleitoral vai discutir hoje o texto que será apresentado em nove audiências públicas programadas para debater as propostas com a sociedade e colher sugestões. A reunião terá início às 9h30, na sala de reuniões do Interlegis (programa de integração das casas legislativas brasileiras), em Brasília.

Na pauta, temas como administração e organização das eleições; direito processual eleitoral não penal; e direito eleitoral material não penal. Esses temas são relatados pelos

juristas Carlos Caputo Bastos, Fernando Neves da Silva e Torquato Jardim, respectivamente. Na última quarta, o grupo debateu questões relativas a direito penal e processo penal eleitoral, temas relatados pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido.

Após a reunião de hoje, às 11h30, o presidente da comissão de juristas, ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), falará com a imprensa. Ele assegurou a entrega do anteprojeto de reforma do Código Eleitoral até o final do ano. Depois disso, uma comissão especial de 11 senado-

res analisará o documento. Sua transformação em lei deverá ocorrer na próxima legislatura.

Debates

As audiências públicas serão realizadas em capitais, nas cinco regiões do país, entre agosto e novembro. A primeira ocorrerá no Rio de Janeiro, no dia 30. As demais serão em Belo Horizonte, Recife, Florianópolis, São Paulo, Salvador, Cuiabá e Belém. O ciclo de debates – em que serão ouvidos especialistas do meio jurídico, partidos e outras entidades da sociedade civil – deverá ser encerrado em Brasília, no dia 30 de novembro.

Criptografia reforça segurança do voto eletrônico

Há 14 anos o Brasil começou a informatizar o processo de votação nas eleições. Na primeira eleição informatizada, em 1996, um terço dos eleitores teve acesso às urnas digitais e, apenas uma década mais tarde, cerca de 125 milhões de pessoas votaram eletronicamente. Hoje, já começa a ser testada a identificação biométrica da digital do eleitor, para evitar que outra pessoa vote em seu lugar portando seu título.

A informatização do sistema eleitoral gera a necessidade de assegurar a integridade dos equipamentos. Como garantir que as cerca de 500 mil urnas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sejam imunes aos ataques de hackers interessados em adulterar os resultados do pleito? A impressão do voto para conferência posterior e para auditoria seria a solução, de acordo com alguns parlamentares. Essa regra, contudo, vai e volta no ordenamento jurídico elaborado pelo Congresso Nacional por falta de consenso.

A ideia de imprimir um comprovante do voto virou lei pela primeira vez em 2002 (Lei 10.408/02), mas o teste feito por 7 milhões de eleitores nas urnas de Sergipe, Distrito Federal e mais 73 municípios no pleito daquele ano mostrou que produzir cópia do voto em papel não seria tão simples. A experiência foi desfavorável porque as urnas ligadas a impressoras trabalharam de maneira mais lenta, provocando filas nas sessões. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou, na época, que houve um número de panes expressivo nas impressoras por



Impressão do voto eletrônico ainda não é consenso entre os parlamentares

retenção do papel e reconheceu uma maior vulnerabilidade a fraudes nas urnas conectadas a impressoras.

Solução

Em razão dessas dificuldades, no ano seguinte, a Lei 10.740/03 substituiu a impressão pelo registro digital do voto. Além do laque físico, a urna eletrônica passou a ser lacrada digitalmente, após receber uma assinatura digital. De acordo com o TSE, essa técnica criptográfica de assinatura digital assegura que o programa da urna não foi modificado de forma intencional ou não perdeu suas características originais.

A ideia de imprimir os comprovantes, todavia, não estava abandonada pelos parlamentares, mesmo depois do registro digital entrar em vigor. No Senado, pelo menos dois projetos de lei (PLSs 234/04 e 241/04) foram apresentados no ano seguinte para novamente regulamentar a fiscalização

do voto eletrônico mediante a emissão de comprovante físico. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) eles estão apensados ao PL 100/05, que também propõe a impressão de votos.

Em parte, esse objetivo foi alcançado quando, ano passado, a Lei 12.034/09 determinou que a impressão voltaria a ser obrigatória a partir das eleições de 2014. No entanto, a eficácia desse dispositivo já é questionada no PLC 68/10, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que também está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Em vez da impressão do voto, ele propõe a destinação de um percentual do Fundo Partidário para que as agremiações políticas possam enviar técnicos especialmente para a análise dos códigos-fonte dos sistemas eleitorais. "Tal medida é substancialmente mais barata do que a implementação do voto impresso conferido pelo eleitor", diz o senador na justificativa do projeto.

TSE começa hoje a lacrar as urnas eletrônicas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começa hoje, às 18h30, a lacrar todos os sistemas do processo eleitoral que serão utilizados nas eleições gerais de outubro, inclusive as urnas eletrônicas. O procedimento será concluído no dia 2 de setembro, com a assinatura digital e o laque físico dos programas.

O evento, que será realizado no auditório do edifício-sede do TSE, é aberto ao público e tem o objetivo de mostrar à sociedade, aos representantes dos partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público que o processo eleitoral é seguro. Leia mais informações no site do TSE.

Senador destaca realizações de ex-presidente da República e homenageia também o presidente do seu partido, Roberto Jefferson, que denunciou o mensalão

Mozarildo: PTB mantém o legado de Getúlio Vargas

NO 56º ANIVERSÁRIO da morte do presidente Getúlio Vargas, ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que seu partido, fundado em 1945, mantém o legado do ex-presidente e continua sua luta por melhorias na vida dos trabalhadores. Ele leu a cartatamento de Getúlio, que faz parte do estatuto do PTB.

– Getúlio foi um presidente que cuidou do social para valer. Foi o responsável pela legislação trabalhista do Brasil, pela carteira de trabalho, pela Previdência Social, pelo Ministério do Trabalho, pela Justiça trabalhista. Além disso, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras – lembrou.

Mozarildo Cavalcanti sustentou que “ser trabalhista é fazer com que o trabalhador seja respeitado sem que se precise destruir o empregador”. Disse que, na concepção dos primeiros líderes do PTB, o partido tinha a missão de propor as reformas sociais “necessárias para aquele período de transição e efervescência econômica coinci-



Segundo Mozarildo, “Getúlio foi um presidente que cuidou do social para valer”

dentes com a queda do Estado autoritário brasileiro, o final da Segunda Grande Guerra e a redemocratização do país”.

Ex-vice-presidente nacional do PTB, Mozarildo homenageou o atual presidente do partido, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, “que teve a coragem histórica de denunciar aquele famoso esquema do mensalão”, em 2005, no terceiro ano do governo Lula. Segundo o senador, Jefferson poderia ter renunciado para evitar a cassação de seu mandato, “mas preferiu enfrentar tudo”. O

parlamentar lamentou que, em vez de aparecer como testemunha no processo do mensalão, que corre no Supremo Tribunal Federal, Jefferson tenha virado réu “porque confessou”.

– Não fora a denúncia de Roberto Jefferson, como estaria esse mensalão hoje em dia? Como estaria a corrupção no país? Que, aliás, não parou. Mudou de forma, mas, pelo menos, serviu para mostrar a que ponto estava encastelada ao lado do presidente Lula, que, depois, disse que não sabia de nada – manifestou Mozarildo.



Visita do presidente Getúlio Vargas a Refinaria Landulpho Alves em 1952: Petrobras foi criada pelo então presidente

Roberto Cavalcanti presta homenagem a ex-presidente

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) prestou ontem, em Plenário, uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas, morto em 24 de agosto de 1954.

Em seu pronunciamento, o parlamentar leu o artigo “A obra de Getúlio”, do presidente da Central-Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Fernandes dos Santos Neto, publicado ontem pelo jornal *Folha*

de *S. Paulo*.

“Getúlio Vargas foi, sem dúvida, o melhor presidente do Brasil. Liderou os partidos, governou com todas as classes sociais e foi amado pelo povo. Enfrentou e venceu as oligarquias. Criou, a partir da Revolução de 30, uma nação soberana e independente”, afirma o presidente da CGTB, em trecho do artigo lido por Roberto Cavalcanti.



O senador leu em Plenário artigo de sindicalista sobre obra de Getúlio

Infraestrutura é maior entrave para Copa no Brasil, diz Alvaro

“A infraestrutura é adversária do Brasil na Copa de 2014”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR) ao avaliar as principais dificuldades que o país enfrentará na preparação para a Copa do Mundo. Um dia após o final da Copa da África do Sul, lembrou o senador, a própria Fifa – entidade que rege o futebol mundial – advertiu que “falta tudo” para o Brasil ter condições de sediar o próximo mundial de futebol.

Naquela ocasião, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, declarou que o Brasil precisa construir estádios e estradas, modernizar o sistema de telecomunicações, ampliar os aeroportos e garantir vagas suficientes no setor hoteleiro. O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, já alertou que as providências estão “impressionantemente atrasadas”, disse.

O temor do TCU, segundo Alvaro Dias, é que se repita a experiência dos jogos Pan-Americanos Rio 2007, cujo orçamento inicial de R\$ 520 milhões passou, ao final das obras, para R\$ 4 bilhões, com o governo federal assumindo gastos a título de socorro emergencial. O senador acrescentou que o TCU teme que alguns estádios se tornem



Senador avalia déficit de estádios, estradas, aeroportos e comunicações

“elefantes brancos”, ou seja, não tenham nenhuma utilidade após a Copa.

Segundo Alvaro Dias, nenhum estádio brasileiro atende à exigência da Fifa de contar com tribunas de imprensa, assentos numerados, vestiários para atletas, árbitros e gandulas, e área próxima para a concentração de torcedores, além de estar localizado próximo a estacionamento e hospitais. No setor de transportes, disse, o sistema aeroportuário está operando acima de sua capacidade.

– Apesar de estudos realizados por órgãos do próprio governo, como o divulgado no fim de maio pelo Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], apontarem que o setor aéreo brasileiro poderá entrar em colapso se não houver investimentos urgentes nos aeroportos, as obras ainda caminham a passos lentos – afirmou o senador.



Aeroporto internacional de Salvador: terminais dão mostra de saturação

Senador destaca início de estudos para porto de Lucena

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ontem que o governo do estado da Paraíba já contratou a empresa que fará os estudos de batimetria necessários à implantação do porto de águas profundas da Paraíba, situado no município de Lucena, a 40 quilômetros de João Pessoa.

Roberto Cavalcanti explicou que esses estudos antecedem e subsidiarão o projeto de pré-viabilidade técnica, econômica, ambiental e legal; o estudo de alternativas de localização do porto; e a elaboração do projeto de engenharia, com o respectivo orçamento das obras.

O senador assinalou que o Porto de Cabedelo é antigo (com mais de 100 anos) e tem limitações quanto à profundidade, que não poderá

ultrapassar os 11 metros. Ele disse que essa profundidade é insuficiente para os navios de 70 mil toneladas ou mais, que precisam de portos com 13 metros de profundidade para atracar. Além disso, acrescentou o senador, Cabedelo enfrenta dificuldades para o armazenamento de mercadorias.

Essa é uma das razões, afirmou o senador, pelas quais 21% dos produtos importados e exportados pela Paraíba passam pelo porto de Suape, em Pernambuco. Ele acrescentou que por lá passa também o minério de ferro oriundo da mina do Bonito, em Jucurutu, no Rio Grande do Norte, que vai por rodovia até a Paraíba, para transbordo no terminal da Companhia Ferroviária do Nordeste, com destino a Suape.